

# O parlamentarismo proposto é inviável

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Como deve ser classificado um sistema onde o presidente da República, chamado de chefe de Estado e de árbitro do governo, elege-se pelo voto direto, detém o comando supremo das Forças Armadas, nomeia os diretores e os presidentes do Banco Central e do Banco do Brasil, dispõe do poder de veto, sanção, promulgação e publicação das leis, além de presidir, quando quiser, o Conselho de Ministros?

Parlamentarismo não é, mas será presidencialismo se, pelas mesmas regras, dá-se a um primeiro-ministro a chefia do governo, ao qual compete, entre outras atribuições, exercer a direção superior da administração federal (inclusive a política econômica), elaborar programas, indicar os demais ministros (até os militares), promover a unidade da ação governamental, expedir decretos e regulamentos, prestar contas e enviar mensagens ao Congresso, dispor sobre a organização e o funcionamento da administração federal, iniciar o processo legislativo, prover e extinguir os cargos públicos federais?

Também não. Acresce, nesse sistema híbrido e mitigado, não haver voto distrital, nem fidelidade partidária, muito menos condições e regras claras a respeito do funcionamento independente da máquina administrativa federal durante os períodos de crise de confiança. Silencia-se, também, a propósito de qual dos dois, presidente da República ou primeiro-ministro, disporá de gabinete civil, de gabinete militar ou a quem deverá subordinar-se o chefe do Serviço Nacional de Informações.

Sem tirar nem pôr, é isso que consta do projeto do relator Bernardo Cabral, a ser formalmente divulgada amanhã. Um sistema misto de governo, onde o poder se dilui não só entre esses dois personagens, mas se exerce em condomínio também partilhado por um Conselho de Estado, um Conselho de Ministros, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. No fundo, uma ode a Roberta Close, a algo que não é branco nem preto, nem água nem vinho.

O parlamentar amazonense tem todo o direito de ser parlamentarista e de entender que o sistema parlamentar de governo significa o melhor caminho para transformar o Brasil num país ideal. Ele, mestre Afonso Arinos, e quantos constituintes a mais se inclinam pela fórmula. Assim como, no reverso da medalha, o presidente José Sarney, o deputado Ulysses Guimarães, o senador Marco Maciel, o ministro Aureliano Chaves e até o ex-governador Leonel Brizola, entre tantos, dispõem de igual direito de defender o presidencialismo. Não é disso que se trata.

Como ontem dizia o presidente do PMDB e da Assembléia Nacional Constituinte, o importante é evitar o sistema misto, e como a questão faz parte do jogo democrático, "vamos ver quem ganha, na votação".

Acontece que até agora nem o encaminhamento, quanto mais a votação, dão mostras de ocorrer entre parlamentarismo e presidencialismo. Por-

que o deputado Bernardo Cabral não encontrou condições para propor o parlamentarismo. Apareceu uma pedra no caminho dele, melhor dizendo uma pedra desabou sobre suas costas. Não teve meios para sugerir, em seu projeto, as eleições presidenciais indiretas, da essência do parlamentarismo, tanto quanto as diretas se ligam intrinsecamente ao presidencialismo. A Nação inteira se levantaria para cercar o Congresso e convocar uma outra Assembléia Nacional Constituinte, caso garfado o compromisso da realização das eleições diretas para a escolha do próximo presidente. Da mesma forma, o voto distrital não passou nem passa, por conveniência da maioria parlamentar. Muito menos se irá restaurar a fidelidade partidária, distorcida durante vinte anos de ditadura e responsável pela humilhação política dos partidos. Dar o comando supremo das Forças Armadas a um primeiro-ministro indicado pelas contingências de um determinado arranjo político seria mais ou menos como apitar para chamar Urutus. E assim por diante.

Equivale então a dizer: no voto, para final de outubro, a Assembléia Nacional Constituinte não decidirá entre parlamentarismo e presidencialismo, mas entre este e um sistema indefinido e nebuloso. Por mais arranjos, jeitinhos que possam ser dados de hoje até amanhã no texto de Bernardo Cabral, a nenhuma das características fundamentais do parlamentarismo poderá aderir. Nem eleições indiretas de presidente da República, nem transformação deste em peça decorativa. Muito menos o voto distrital ou a subordinação das Forças Armadas à Câmara dos Deputados, ou seja, ao primeiro-ministro.

Por esse tom precisam ser afinados os violinos constituintes, os bem-intencionados e os maliciosos. Os indecisos e os dogmáticos.

Atribuiu-se ontem ao deputado Bernardo Cabral o comentário de que estaria em marcha um comploto contra o parlamentarismo, liderado por Ulysses Guimarães, Mário Covas e Carlos Sant'Anna. Fica difícil imaginar que tal suposição tenha partido dele, constituinte sério, honesto e intelectualmente preparado. Os complotos se fazem para mudar abusiva e ilegítimamente as coisas, não para preservá-las, como seria o caso da manutenção do presidencialismo. Ainda mais porque, se alguém age contra o parlamentarismo, é ele mesmo, criando um monstro incapaz de funcionar.

Disso têm consciência até os parlamentaristas históricos, começando pelo atual ministro da Justiça, Paulo Brossard. Tal como está proposto, o novo sistema agride as duas correntes de pensamento e só leva ao caos e à confusão. O voto tem sido, com exceções explicáveis, o caminho da salvação nacional. Pois agora, mais do que nunca, repousam nele as esperanças conforme repetia Ulysses Guimarães. Quando o tema chegar à decisão final dos constituintes, ele sabe que em maioria venham a votar contra o sistema misto, pelo presidencialismo.